

PRÁTICAS E HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Werley Macêdo Gonçalves

Diego Macêdo Gonçalves

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de discutir acerca das práticas da avaliação psicológica, considerando o cenário histórico e buscando compreender as transformações de métodos e técnicas utilizadas pelo profissional da psicologia, por meio dos parâmetros psicométricos e tipos de instrumentos comumente inseridos a esse contexto. Além disso, o artigo destaca a elaboração de documentos escritos oriundos da avaliação psicológica e a aplicação dos testes como uma área singular e privativa ao psicólogo, bastante utilizada nessa prática profissional.

Palavras-chaves: Avaliação Psicológica. Parâmetros Psicométricos. Aplicação de Testes.

PRACTICE AND HISTORY OF PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT

ABSTRACT

This article aims to discuss about the practices of psychological assessment, considering the historical setting and trying to understand the transformations of methods and techniques used by professional psychology, through psychometric parameters and types of instruments commonly inserted in this context. In addition the article highlights the development of written documents from the application of psychological assessment and testing as a unique area and private psychologist, this widely used practice.

Key Words: Psychological Assessment. Psychometric parameters. Application Testing.

I – INTRODUÇÃO

Os testes psicológicos são ferramentas essenciais na atividade dos profissionais da Psicologia. Eles podem fornecer importantes informações para a elaboração de um diagnóstico. Sem essa ferramenta, o psicólogo não teria a capacidade de elaborar qualquer afirmação científica do comportamento humano. Seu uso está pautado no fato das ciências usarem técnicas que admitam aplicações e implicações concretas (SILVA, 2008). Exatamente por isso o psicólogo deve conhecer, não somente as vantagens dos testes, mas, também os limites de sua utilidade e validade. Do contrário, se arriscaria a

apresentar diagnósticos falsos ou desfigurados, pois estariam abalizados em resultados falhos e inacabados (SILVA, 2008).

Os testes psicológicos não são totalmente eficazes ou neutros, mas isto não quer dizer que eles precisem ser dispensados. Para que os testes sejam considerados eficientes, eles devem ser submetidos a estudos que comprovem suas qualidades psicométricas (NORONHA e VENDRAMINI, 2003). Uma condição importante para manter a neutralidade e a eficácia dos testes é a de que o psicólogo examinador tenha propriedade da aplicação e da avaliação e seguir as pré-condições de sua aplicabilidade. Desta forma, os testes extinguem boa parte da “contaminação” pessoal (percepção e julgamento).

II – QUAIS MÉTODOS E TÉCNICAS PODEM SER UTILIZADOS PELOS PSICÓLOGOS?

Segundo resolução CFP (Conselho Federal de Psicologia) Nº 007/2003 os métodos e técnicas que podem ser utilizados pelo profissional de psicologia são: entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais e exame psíquico.

O CFP define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Os testes psicológicos são de uso exclusivo de profissionais de psicologia devidamente registro no CRP (Conselho Regional de Psicologia) que devem fazer uso unicamente de testes regulamentados e aprovados pelo CFP.

III – DEFINIÇÃO DOS TESTES

Podemos definir um teste psicológico como a mensuração objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento (CRONBACH *apud* PASQUALI, 2001). Uma constatação ou projeção futura das potencialidades do sujeito. O parâmetro principal da medida psicométrica são as escalas, sendo os testes a manifestação da adequação da reprodução, isto é, do isomorfismo entre a classificação dos procedimentos empíricos e teóricos. Enfim, aponta que a operacionalização dos comportamentos, corresponda ao traço manifesto.

IV – PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS

Os testes psicológicos são instrumentos que tem como princípio medir o comportamento psicológico e por isso precisa de características que justifiquem sua confiabilidade (NORONHA, FREITAS e OTTATI, 2002). Para isso precisa ser avaliado sua legitimidade e a confiabilidade: validade e precisão.

Segundo Alchieri e Cruz (2003), a eficácia dos instrumentos psicométricos estão essencialmente constatados em valores estatísticos que sugerem sua sensibilidade (ou adaptabilidade do teste ao grupo examinado), precisão (fidedignidade nos valores

quanto à confiabilidade e constância dos resultados) e validade (segurança de que o teste mede o que se deseja medir) (ALCHIERI e CRUZ, 2003), como será observado em alguns detalhes a seguir:

4.1 - Validade e Precisão:

A validade é o critério mais importante na construção de um testes. Esse constructo revela o quanto o suporte teórico do teste estão absorvidos na proposta apresentada (NORONHA, FREITAS e OTTATI, 2002). Costuma-se definir a validade de um teste descrevendo que ele é válido se de fato afere o que supostamente deve medir (Pasquali, 2001; NORONHA, FREITAS e OTTATI, 2002).

Pasquali (2001) considera que o preceito de precisão ou fidedignidade se refere ao quanto o escore adquirido no teste se aproxima do escore verdadeiro do sujeito num traço qualquer. A ideia é verificar a quantidade de erros que está presente nos resultados do teste, caso apresente uma pequena quantidade de erros, considera-se a medida confiável (ADÁNEZ *apud* NORONHA, FREITAS e OTTATI, 2002). O termo precisão, quando empregado em psicometria, sempre denota estabilidade ou consistência dos resultados obtidos pelo mesmo indivíduo, quando retestado ou com uma configuração semelhante.

4. 2 - Padronização da Administração do Teste (Normas):

A padronização se refere à uniformidade em todos os métodos na utilização de um teste psicológico. Deve-se considerar na padronização de um teste todo o método, desde as prevenções a serem adotadas na aplicação até os parâmetros ou critérios para interpretar os resultados obtidos (PASQUALI, 2001).

A padronização incide em uniformidade da técnica de avaliação do teste, por isso, as condições de aplicação precisam ser semelhantes para todos. Padronização significa uniformidade na aplicação dos testes, e normatização alude á uniformidade na interpretação dos escores dos testes (SILVA, 2008).

Para padronizar um teste deve-se escrever de forma clara e detalhada as instruções do instrumento. Desta forma um outro examinador pode aplicá-lo da mesma forma que o seu criador. É importante que haja o treinamento do instrutor acerca do tom de voz, pausas, inflexões, expressão facial, enfim da postura do examinador como um todo (ANASTASI, 1977).

V - ORIGENS HISTÓRICAS.

A história dos testes psicológicos se destaca em consecutivas décadas, de tal forma que é possível distinguir seis períodos, decorrentes do desenvolvimento do campo de conhecimento científico e cultural.

5.1 - A Década de Galton: 1880.

Francis Galton foi o fundador do primeiro laboratório voltado às medições antropométricas, em Londres, no ano de 1884. Para ele a avaliação das competências humanas, inclusive relativas ao desempenho intelectual, se dava por influência da medida sensorial. Isso se dá, principalmente, através da habilidade de discriminação do tato e dos sons. Galton (*apud* ANASTASI, 1977) percebia que a informação singular que nos atinge, oriunda dos acontecimentos externos, passa claramente pelo caminho dos nossos sentidos. Quanto maior a intensidade de aquisição de uma informação sensorial, maior será o campo em que podem atuar no nosso julgamento de inteligência.

A colaboração de Galton para a psicometria ocorreu em três áreas: concepção de testes antropométricos para medida de discriminação sensorial; apito para percepção de altura do tom; criação de escalas de (SILVA, 2008)..

5.2 - A Década de Cattell: 1890.

James M. Cattell (psicólogo americano) desenvolveu notas das diferenças individuais, o que levou a criação da terminologia *Mental Test* (teste mental). Ele trabalhou com diferenças no tempo de reação dos indivíduos. Trata-se do tempo que um sujeito leva para responder a um estímulo após o seu aparecimento. Cattell abraçou as ideias de Galton, dando destaque às medidas sensoriais, por admitir uma maior exatidão (SILVA, 2008).

5.3 - A Década de Binet: 1900.

Alfred Binet foi um pedagogo e psicólogo francês que desenvolveu avaliações que medissem aptidões acadêmicas e na área da saúde.

Em 1905, Binet e Simon criaram o primeiro teste com 30 componentes (dispostos em ordem crescente de dificuldade) com o objetivo de avaliar uma infinidade de medir o desenvolvimento intelectual das crianças de acordo com a idade (idade mental). O intuito era detectar o nível de inteligência ou retardo mental de adultos e crianças das escolas de Paris na França. Em 1916, os testes de Binet foram traduzidos por Terman – surgindo, assim, a era dos testes com base no Q.I. (idealizado por W. Stern).

$$Q.I. = 100 (IM/IC)$$

Após a revisão dos testes de Binet para o Inglês, os Estados Unidos o utilizaram nas forças armadas americanas fazendo do período entre 1910 à 1930 a época dos testes de inteligência.

5.4 - A Década da Análise Fatorial: 1930.

Com o desinteresse dos testes de inteligência, por volta de 1920, a análise fatorial, desenvolvida por Kelley ganhou destaque. Podemos definir a análise fatorial como sendo uma técnica estatística com o objetivo de representar um processo aleatório multi-variado por meio da criação de novas variáveis, derivadas das variáveis iniciais.

Este autor se destacou na época, visto que, além de desenvolver a análise fatorial múltipla, agiu no desenvolvimento da escalagem psicológica estabelecendo, em meados da década de 30, a Sociedade Psicométrica Americana e a revista *Psychometrika*.

5.5 - A Era da Sistematização: 1940-1980.

O período que corresponde as décadas de 1940 a 1980 é chamado da era da sistematização. Esta época se divide por duas tendências contrárias: os trabalhos de síntese e os de crítica. Em 1936 Guilford publicou sua obra e a reeditou em 1954 com o nome de *Psychometric Methods*. Ele aventurou-se a sistematizar a teoria clássica, e Torgerson a teoria sobre a medida escolar. Além disso, Cattell e Warburton buscaram resumir os dados de medida em personalidade, e Guilford a teoria sobre a inteligência. Esses trabalhos se caracterizam por sintetizar e reeditar artigos e teorias já editadas.

Em relação aos trabalhos de crítica, esses foram escritos em função dos problemas apresentados nas escalas de medida (Stevens na década de 40) e com a Teoria Clássica dos Testes (Lord e Novick - *Statistical Theory of Mental Tests Scores* em 1968).

5.6 - A Era da Psicometria Moderna (Teoria de Resposta ao Item - TRI): 1980.

Na prática de testes psicológicos a TRI é a prática mais contemporânea. Essa prática é um processo de modelagem estatística utilizada em medidas psicométricas. Ele é mais utilizada na área de avaliação de habilidades e conhecimentos.

Talvez intitular o período contemporâneo de TRI seja impróprio, já que esta teoria mesmo que consista em um modelo bastante utilizado no primeiro mundo, ainda não deliberou todas suas dificuldades fundamentais, para se tornar um modelo categórico de psicometria. Além de não ter vindo para suprir toda a psicometria clássica, mas, somente partes dela.

5.7 - O início dos testes psicológicos no Brasil

A história da testagem psicológica no Brasil surge como uma continuidade do movimento europeu e norte-americano no início do século XX. No entanto, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, no Brasil, o teste psicológico foi rejeitado da prática do profissional durante várias décadas. Essa rejeição aconteceu porque os testes pareciam não atender as expectativas injustificadas que se tinha a respeito dele, e assim, não parecia oferecer a confiabilidade necessária (NORONHA e VENDRAMINI, 2003).

Sua utilização se iniciou na Bahia, em 1924. Isaias Alvez fez a adaptação da escala Binet-Simon, tida como um dos primeiros esboços de adaptação de instrumentos psicométricos no Brasil (NORONHA e ALCHIERI, 2005).

VI - TIPOS DE INSTRUMENTOS

Existem várias categorias gerais de testes psicológicos.

6.1- Testes psicométricos versus testes impressionistas

Os testes psicométricos empregam a técnica da escolha forçada, escalas em que o sujeito necessita unicamente assinalar suas respostas. Esse tipo de teste prima pela objetividade: tarefas padronizadas. A correção ou apuração é mecânica, deste modo, sem ambiguidade por parte do avaliador (PRIMI, 2002b).

Já os testes impressionistas se caracterizam pelas respostas livres. Segundo (SILVA, 2008), sua apuração é ambígua, pouco estruturada e sujeita aos vieses de interpretação do avaliador, já que a apuração das respostas admite margem para interpretações subjetivas do próprio avaliador.

6.2 - Testes individuais versus testes coletivos

Diferentemente dos testes individuais, que se debruça sobre aspectos qualitativos do funcionamento psicológico de um indivíduo, os testes coletivos foram feitos para coletar dados em massa. Por isso, são bastante utilizados quando há a necessidade de obter os dados de um enorme contingente de pessoas, como no exército e em processos seletivos.

6.2.1. Vantagens e desvantagens dos testes coletivos

Segundo (SILVA, 2008) as vantagens são: que os testes coletivos possibilitam a aplicação em grandes grupos; utiliza itens escritos e respostas simples, o que facilita o exame; oferecem condições de aplicação mais uniformes; é mais prático de ser aplicado

e o trabalho do examinador se torna bastante facilitado, já que extingue a necessidade do contato direto com o examinando. Além disso, os testes individuais, como os impressionistas, geralmente necessitam um treinamento intensivo e bastante experiência para a sua aplicação (ANASTASI e URBINA, 2000).

6.3 - Categoria dos Testes

Segundo Pasquali (2001), os testes podem ser divididos e subdivididos nas seguintes categorias:

a) Objetividade e Padronização: Testes psicométricos e impressionistas;

b) Construto (processo psicológico) que medem: Testes de capacidade intelectual (inteligência geral – Q.I.); Teste de aptidões (inteligência diferencial: numérica, abstrata, verbal, espacial, mecânica, etc.); Testes de aptidões específicas (música, psicomotricidade, etc.); Testes de desempenho acadêmico (provas educacionais, etc.); Testes neuropsicológicos (testes de disfunções cerebrais, neurológicos, etc.); Testes de preferência individual (personalidade; atitudes: valores; interesses; projetivos; situacionais: observação de comportamento, biografias);

c) Forma de Resposta: verbal; escrita: papel-e-lápis; motor; via computador.

VII - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica ou psicodiagnóstico é um procedimento, específico do profissional de psicologia, que visa avaliar, através de procedimentos psicológicos válidos, os diversos processos cognitivos que compõe o indivíduo. Se refere ao modo de descobrir o funcionamento dos fenômenos psicológicos por meio de procedimentos de diagnósticos e prognóstico (ALCHIERI e CRUZ, 2003). Este tipo de processo é a base da performance do profissional da psicologia seja qual for sua área (clínica, escolar, organizacional, jurídica, e outras), já que essa é a única ferramenta que pode-se dizer ferramenta exclusiva do profissional da psicologia.

Segundo Cunha (1993) o psicodiagnóstico é um procedimento científico, restrito no tempo, que emprega técnicas e testes psicológicos, em condição individual ou não, seja para apreender problemas à luz de conjecturas teóricas, identificar e avaliar aspectos característicos ou para classificar o caso e prognosticar seu curso presumível, comunicando os resultados.

Ele não deve ser entendida como sendo um único momento do qual se usa um instrumento para responder aos temas relacionados ao problema que se pretende pesquisar (GUZZO, 2001). Para Wechsler e Guzzo (*apud* PACHECO, 2005), não há como ser um bom psicólogo se não perceber o sentido da avaliação psicológica como um processo de constituição de um conhecimento sobre um acontecimento decorrente de uma escolha teórica e metodológica.

Ao contrário do que se acredita, no psicodiagnóstico não há, essencialmente, a necessidade de utilizar-se de testes psicológicos. Mas, na percepção de Nascimento (2005), quando se necessita de material fiel, válido, preciso, passível de replicação, para tomada de deliberações, é necessário dispor de outras técnicas além da entrevista, ainda que seja para ratificar alguma particularidade do examinando.

O psicodiagnóstico começa com o levantamento das hipóteses acerca do caso clínico e objetivos do exame. Para isso é importante colher informações acerca da história clínica e pessoal do examinando, procurando conhecer denominadores comuns a situação atual do ponto de vista psicopatológico e dinâmico (CUNHA, 2000). Além disso, a avaliação psicológica também deve procurar reconhecer os recursos potenciais e as possibilidades do examinando. Ou seja, busca valorizar o que ele tem de melhor, para viabilizar seus potenciais (NASCIMENTO, 2005).

Enfim, o psicodiagnóstico tem como perspectiva de obter uma melhor descrição, o mais profunda e completamente possível da personalidade do paciente ou do grupo familiar, e sua conclusão serão, posteriormente, transmitida, por escrito, através de um documento denominado Laudo Psicológico (OCAMPO *et al.*, 1995). No entanto, qualquer documento escrito seja ele, uma declaração, um laudo ou um parecer psicológico deve seguir regras e princípios dispostos no manual de elaboração de documentos escritos.

7.1 - Manual de Elaboração de Documentos Escritos

O psicólogo deve conhecer acerca dos princípios norteadores da elaboração e manutenção dos documentos que precisam ser emitidos por ele. Entre eles estão:

- I. Princípios norteadores da elaboração documental;
- II. Modalidades de documentos;
- III. Conceito / finalidade / estrutura;
- IV. Validade dos documentos;
- V. Guarda dos documentos.

7.2 - Declaração psicológica

Visa a informar a ocorrência de situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico, como:

- Comparecimento do atendido ou acompanhante,
- Acompanhamento psicológico do atendido,
- Informações sobre condições do atendimento (tempo, dias, horários, etc.)
- Não devem ser registrados diagnósticos, sintomas ou estados psicológicos,
- Deve conter somente a finalidade específica do documento e as informações solicitadas.

7.3- Laudo Psicológico

O laudo é uma peça escrita, com caráter de investigação científica, na qual o perito expõe observações e conclusões abordadas num processo de avaliação psicológica. Trata-se de um parecer técnico com o objetivo de auxiliar o profissional a tomar decisões. Deve constar a apresentação descritiva sobre situações ou condições psicológicas e suas determinações (sociais, históricas, políticas, culturais, etc).

Segundo Guzzo e Pasquali (2001), deve-se evitar a sua devolutiva oral, devido a ser facilmente desvirtuada.

O objetivo do laudo psicológico é expor materialmente um resultado conclusivo de acordo com a finalidade proposta de consulta, estudo ou prova (ALCHIERI e CRUZ, 2003). Ainda para os autores, esse documento deve ser conclusivo e se limitar às informações estritamente imprescindíveis à solicitação (objetivo da avaliação), com a finalidade de resguardar a privacidade do examinando.

7.4 - Atestado psicológico

O atestado psicológico é um documento cujo objetivo é certificar um estado psicológico, afirmando sobre condições psicológicas de quem é requerido. As finalidades são:

- Justificar faltas ou impedimentos;
- Justificar estar apto ou não para atividades específicas;
- Solicitar afastamento e/ou dispensa do solicitante.

Deve conter:

- Finalidade,
- Registro do sintoma, característica ou condição psicológica (usar CID-10),
- Os registros devem ser corridos, separados apenas pela pontuação, sem uso de parágrafos.

7.5 - Psicodiagnóstico e Psicoterapia

Existe uma relação direta entre o psicodiagnóstico e a atividade psicoterapêutica. No entanto, tem variado as posições acerca dessa relação. Alguns consideram o psicodiagnóstico, fundamentalmente, a primeira intervenção e indispensável etapa da psicoterapia, já outros autores acreditam que a avaliação psicodiagnóstica é "inútil", "desumanizante" ou "autoritária". Na verdade, o entrelaçamento dessas duas intervenções é um fenômeno complexo que gera vários tipos de problemas e paradoxos, cuja consideração é crucial para o aperfeiçoamento da prática profissional tanto em psicodiagnóstico quanto em psicoterapia (JUNIOR, 2005).

No entanto, na compreensão de Cruz (2002), os fenômenos psicológicos nem sempre são inteligíveis, isso quer dizer que tanto os procedimentos psicodiagnósticos quando psicoterápicos não representam uma empreitada simplificada, seja pelo nível de complexidade ou pelas múltiplas determinações que equacionam os eventos psicológicos. Por isso que se torna imprescindível a avaliação psicológica.

A etapa inicial desse procedimento é esclarecer e informar acerca dos procedimentos utilizados afim de minimizar o estresse experienciado pelo paciente e/ou família. É importante esclarecer quaisquer dúvidas, deixando a sensação de que as dificuldades foram superadas (CALEGARO, 2002).

As entrevistas diagnósticas corresponde a etapa seguinte. As entrevistas são bastante semelhantes às sessões psicoterápicas, isso acontece, principalmente, devido às interpretações que se faz como pelas intervenções intrínsecas a essas situações. No entanto, é função do processo de psicodiagnóstico ser uma ferramenta que ajuda a planejar, guiar e avaliar a escolha e indicação terapêutica fundamentada (MITO, 1995; MONACHESI, 1995).

Calegaro (2002) diz que a finalidade da entrevista é estabelecer o vínculo, obter informações que revelem as dificuldades, avaliar o grau de estresse e do quadro psicopatológico do examinando. Assim pode-se, modificar o foco de crenças causais improváveis para fatores antecedentes e as consequências que o cercam, e, finalmente, abordar uma formulação diagnóstica e tratamento aconselhado.

7.5.1 - Etapas do processo psicodiagnóstico

Segundo Verthelyi (*apud* SANTIAGO, 1995) o processo psicodiagnóstico deve seguir as seguintes etapas:

- Contato inicial,
- Entrevista semidirigida (um ou duas) com o paciente ou seus familiares, quando se abordar criança ou adolescente;
- Aplicação de testes e técnicas projetivas;
- Finalização do processo:
- *Feedback* oral ao paciente e/ou pais, familiares (uma ou duas entrevistas devolutivas), onde expõem as conclusões diagnósticas e recomenda os passos seguintes a serem trilhados: psicoterapia, encaminhamento para psiquiatra ou ambos; Informe por escrito (Laudo) para o solicitante.

7.6 - O *Rapport*

O *rapport* é uma etapa de extrema importância para a continuidade dos procedimentos seguintes. Independente da área do psicólogo, o vínculo deve ser bem estabelecido. Portanto, deve-se realizar esta técnica que se combina ao seu papel de proporcionar as condições psicológicas adequadas ao manejo da assistência psicológica.

Independente do procedimento, é indispensável que o examinador busque, rapidamente, desmistificar alguns julgamentos ou deturpações que, circundam a mente humana, não somente a respeito de testes psicológicos, mas também em analogia a quase todos os campos dessa atuação profissional (HUTZ e BANDEIRA, 2003). O momento do *rapport* se caracteriza pelo fato do profissional ajudar o paciente e se fazer agente de motivação e solicitude.

VIII - APLICAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS

Os instrumentos técnicos, a exemplo dos testes psicológicos caracterizam a área de atuação singular, que é privativa dos psicólogos (HUTZ e BANDEIRA, 2003). No entanto, para que os psicólogos possam fazer um uso adequado dessas ferramentas eles precisam ser treinados e ter os conhecimentos específicos da área. Esses treinamentos implicam em diversos procedimentos a serem executados: administração dos testes na aplicação; questões relacionadas ao aplicador ou examinador; condições ideais de testagem, uma boa apresentação do teste e questões específicas que dizem respeito ao(s) examinado(s) ou testando(s).

8.1 - Administração dos Testes na Aplicação

Deve-se adotar as instruções e recomendações que explicitam os seus manuais, a risca. Sem, no entanto, como afirmam Alchieri e Cruz (2003), ostentar uma postura estereotipada e rígida.

O profissional de psicologia precisa estar em boas condições de saúde para que possa maximizar suas habilidades já que se almeja obter conhecimento do nível de aptidão ou das preferências do testando. No processo de aplicação levam-se em consideração alguns aspectos indispensáveis para a realização regular dessa atividade: qualidade do ambiente físico; qualidade do ambiente psicológico; e material de testagem, conforme segue abaixo (PASQUALI, 2001).

8.1.1 - A Qualidade do Ambiente Físico

Para a realização de um teste psicológico, é preciso cuidar do ambiente no qual ocorrerá a avaliação. Deve-se evitar ruídos e outras distrações como a entrada de terceiros e celular. Algumas variáveis podem interferir na aplicação dos testes, como a folha de resposta, o uso de lápis e papel ou de computador que podem interferir no resultado assim como na aplicação. Além disso, deve-se repetir fielmente as condições iniciais de testagem descritas pelo autor do teste. Caso isso não seja possível é fundamental que os resultados ao serem interpretados, levem em consideração a diferença das situações.

8.1.2 - A Qualidade do Ambiente Psicológico

Uma apresentação ideal do teste envolve a busca do examinador em interessar o testando para dar o melhor de si, a tentativa de evitar surpresas e a uma explicação adequada para cada situação sobre a finalidade do teste. O psicólogo deve atenuar o nível de ansiedade do(s) examinando(s) a um mínimo desejável, através do *rappport*, bem como: constatar se o(s) examinando(s) exibe(m) alguma dificuldade de saúde e/ou impedimentos relacionados; informar o(s) procedimentos ao(s) examinado(s) de modo que ele(s) compreenda(m) precisamente as atividades a serem cumpridas; memorizar as instruções e citá-las em tom de voz adequado e pausado, uma única vez, e de forma igualitária para todos (qualquer mudança implica em alteração ou invalidade dos resultados)(ALCHIERI e CRUZ, 2003).

8.1.3 - Material de Testagem

Todo material que será usado nos procedimentos de aplicação, devem constar em quantidade superior ao número de candidatos ou examinandos. Quando se tratar de material reutilizável, se faz necessário verificar se está em perfeito estado (ALCHIERI e CRUZ, 2003): cadernos de exercício; folhas de resposta; papel ofício a4 e lápis específicos conforme o teste (para o H.T.P - teste da casa/árvore/pessoa -, por exemplo, exige-se o grafite nº 2).

8.2 - Questões Relacionadas ao Aplicador ou Examinador

8.2.1 - Das Condições Técnicas do Aplicador

É exigido do avaliador algumas condições mínimas que possibilite uma avaliação psicológica adequada (Ordena *apud* PACHECO, 2005). Essas condições são: conhecimento atualizado da literatura sobre o comportamento humano e sobre o instrumental psicológico adotado em um psicodiagnóstico ;treinamento exclusivo para a aplicação e correção dos instrumentos; domínio sobre os critérios instituídos para avaliar e interpretar resultados; seguir os direcionamentos existentes sobre organizações dos laudos finais e, acima de tudo, garantir princípios éticos quanto ao sigilo e à proteção do indivíduo avaliado.

8.2.2 - Modo de Atuação do Aplicador

O examinador ou aplicador também precisa atentar-se aos seguintes itens (Alchieri e Cruz, 2003):

Não corresponder a pressão quanto ao emprego de determinados instrumentos; fazer prevalecer o princípio da isonomia, que incide em tratar a todos do mesmo modo; não responder as questões dos examinandos com um detalhamento superior aos permitidos pelo manual; utilizar um vocabulário apropriado (sem: gíria, jargão psicológico, palavras chulas ou rebuscadas); buscar demonstrar equilíbrio emocional e impedir interrupções durante a

testagem; evitar a familiarização do público com os conteúdos dos testes, o que perderia sua característica avaliativa; garantir que os testes são empregados por examinador qualificado; dominar a comercialização dos testes psicológicos; ponderar as condições em que foram realizados os testes, quando for apurar e interpretar seus resultados; a aparência, nesse tipo de atividade, exige que o aplicador não seja livre para usar qualquer roupa, uma vez que esta variável interfere nos resultados. Sugerem-se roupas limpas e adequadas, ou seja, formais, discretas, nunca “chamativas” ou sensuais; e o uso moderado de perfume. Tem pessoas muito sensíveis à odores, que podem se sentir incomodadas ao lado ou na mesma sala com a fragrância muito forte de uma outra. Se for uma grávida o incômodo pode ser ainda mais acentuado.

8.2.3 - Controle dos Vieses do Aplicador

A atitude do aplicador faz um grande diferencial no processo podendo inclusive influenciar os resultados. O psicólogo precisa estar ciente da influência que pode causar no examinando para buscar minimizá-la.

8.3 - Questões Específicas que Dizem Respeito ao(s) Examinado(s) ou Testando(s).

8.3.1 - Os Direitos dos Testandos

No Brasil, a atuação do psicólogo na avaliação psicológica é compreendida como uma atividade pericial. Por lei, os peritos devem prestar serviço de qualidade à sociedade. Isto é, o psicólogo responde até criminalmente por sua conduta inadequada no campo dos testes psicológicos (Silva, xxxx).

Os direitos do testando, de modo geral, são orientados pelos comitês de ética em Psicologia e pelas normas para Testagem Educacional e Psicológica da *American Psychological Association* (APA), nos seguintes aspectos (HUTZ e BANDEIRA, 2003):

a) Concordância dos testandos ou seus representantes legais, anteriormente a aplicação da testagem. As ressalvas a esta norma são: testagem por deliberação legal (perícia) ou governamental (testagem nacional); testagem como parte de tarefas regulares no ambiente escolar; testagem de seleção, em que a participação sugere aceitação;

b) Testagem em escolares e aconselhamento, os sujeitos têm o direito a instruções em linguagem compreensível respeito dos resultados que os testes produzirão e das recomendações que deles emanem;

c) Testagem em escolas, clínicas, quando os escores são aproveitados para tomar determinações que comprometem os testandos, estes ou seus representantes legais têm o direito de apreciar seu escore e sua interpretação.

8.3.2 - Sigilo e Divulgação dos Resultados

A pessoa ou instituição submetida a uma avaliação psicológica (seja ela candidato a uma vaga em uma empresa, paciente, orientando) que submeter-se aos testes terá o direito a toda e qualquer informação que seja do seu interesse tomar conhecimento.

O solicitante da testagem, pode ser dono da empresa, no caso da seleção ou juiz, no caso pericial (mas, as informações serão estritamente relacionadas ao motivo da solicitação). O sigilo e a segurança dos resultados dos testes devem seguir as normas seguintes: os arquivos precisam estar protegidos e bem conservados, de modo que ninguém possa ter o conhecimento a um dado sem a licença do profissional responsável; o código de ética do psicólogo expõe: é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional (Art. 9º, 2005).

IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que, apesar de os testes psicológicos se configurarem como a única ferramenta exclusiva do psicólogo, apenas uma pequena faixa desses profissionais acatam os testes psicológicos na sua prática profissional. Vários rejeitam esses instrumentos, ou por não ter o conhecimento necessário para a sua utilização ou não desejar usá-los. Um exemplo disso ocorre entre os profissionais das abordagens humanística e psicanalítica, que enxergam no psicodiagnóstico uma maneira de rotular personalidades, estimado por elas como discriminatória, estigmatizante e reducionista, em vez de considerar a pessoa na sua singularidade e em sua dinâmica.

Apesar do que foi dito, a maioria dos psicólogos consideram cruciais o uso dos testes em sua prática (Venturi e Silva *apud* PACHECO, 2005). No entanto, acreditam ser preciso reavaliar o ensino das técnicas de avaliação psicológica. As sugestões apresentadas para melhoria no ensino dos testes, de acordo com os citados pesquisadores, foram:

...o ensino dos testes deve ser aliado à prática; os alunos devem submeter-se aos testes ou aplicá-los em outras pessoas; os alunos devem realizar estágios em que possam aplicar os testes; o aluno deve receber uma sólida base teórica sobre os testes utilizados (Silva, xxxx)

Ainda que exista a validade e legitimidade do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em relação aos testes atuais, me parece inadiável refletir não somente a epistemologia dos testes, mas, também as classes das doenças psicológicas e a psicologia como um todo, de forma integrada. Afinal, determinados autores, em maior parte da filosofia, já vem formatando, há algum tempo, perfis contemporâneos e coesos do homem pós-moderno (BAUMAN, 2004).

Por fim, ou desdobramos a psicologia para compreendermos esse novo homem em construção da “Sociedade depressiva” (ROUDINESCO, 2000), na “Era do vazio” (LIPOVETSKY, 2005), que lança o “Homem sem alma” (KRISTEVA, 2002), ou permaneceremos a atendê-lo e avaliá-lo nos parâmetros inclinados do século passado. Aí, seguramente nos restringiremos ao que expõe Guattari (2005), em profissionais “psi”, sempre abismados por um ideal envelhecido de cientificidade.

X – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCHIERI, J. C e CRUZ, R. M. **Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ANASTASI, A. e URBINA, S. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ANASTASI, Anne. **Testes psicológicos**. Trad. D. M. Leite. 2. ed. São Paulo: EPU, 1977.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CALEGARO, M. **Avaliação psicológica do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**. In: CRUZ, R. M et al. (Orgs.). **Avaliação e medidas psicológicas: produção de conhecimento e de intervenção profissional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Código de Ética Profissional do Psicólogo – CFP, Brasília, 2005.

CRUZ, R. M. **O processo de conhecer em avaliação psicológica**. In: CRUZ, R. M et al. (Orgs.). **Avaliação e medidas psicológicas: produção de conhecimento e de intervenção profissional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CUNHA, J. A et al. **Psicodiagnóstico** – R. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 16 ed. Trad. M. C. F. Bittencourt. São Paulo: Papirus, 2005.

GUZZO, R. S e PASQUALI, L. **Laudo psicológico: a expressão da competência profissional.** In: PASQUALI, L. (Org.) Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual. Vol. I: fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP, 2001.

HUTZ, C. S e BANDEIRA, D. R. **Avaliação psicológica no Brasil: situação e desafios para o futuro.** In: Yamamoto, O. H e Gouveia, V. V. (Orgs.). Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

JUNIOR, A. P. B. **Psicodiagnóstico e psicoterapia dimensões e paradoxos.** Psicologia Ciência e Profissão. Vol .25, n.2, 2005.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma.** Trad. J. A. A. Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo.** Trad. T. M. Deutsch. Barueri-SP: Manole, 2005.

MITO, T. I. Hatae. **Psicodiagnóstico formal e avaliação informal.** In: LOPEZ, M. Ancona (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez, 1995.

MONACHESI, Y. **Reflexões sobre o uso do diagnóstico em instituições.** In: LOPEZ, M. Ancona. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, R. S. G. F. **A informática e a avaliação psicológica.** In: Psicologia e informática: desenvolvimentos e progressos. São Paulo: CRP-SP / Casa do Psicólogo, 2005.

NORONHA, A. P. P e ALCHIERI, JU. C. **Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica.** In: PRIMI, R. (Org.). Temas em Avaliação Psicológica. IBAP / Porto Alegre e Casa do Psicólogo / São Paulo, 2005.

Noronha, A. P. P., Freitas, F. A. e Ottati, F. **Parâmetros psicométricos de testes psicológicos de inteligência.** Interação em Psicologia. Vol. 6, n. 2, pp. 195-201, 2002.

Noronha, A. P. P.e Vendramini C. M. M. Parâmetros Psicométricos: Estudo Comparativo entre Testes de Inteligência e de Personalidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, n. 1, pp. 177-182, 2003.

OCAMPO, M. L. Siquieret al. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.** Trad. M. Felzenszwalb, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PACHECO, E. M de Camargo. **Produção Científica e Avaliação Psicológica.** In: LOPEZ, EITTER, G. P. (Org.). Metaciência e Psicologia. Campinas-SP: Alínea, 2005.

PASQUALI, L. **Técnicas de exame psicológico – TEP.** Manual. Vol. I: Fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP, 2001.

PRIMI, R. **Avanços na concepção psicométrica da inteligência.** Em: F. C. Capovilla (Org.). Neuropsicologia e aprendizagem: Uma abordagem multidisciplinar (pp. 77-86). São Paulo: Scortecci, Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, 2002b.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTIAGO, M. D. Ewerton. **Psicodiagnóstico: uma prática em crise ou uma prática na crise?** In: LOPEZ, M. Ancona. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, V. G. **Os testes psicológicos e as suas práticas** (2008). Disponível em <<http://www.algosobre.com.br/psicologia/os-testes-psicologicos-e-as-suaspraticas.html>>. Acesso em: 05 fev. 2012.